

28, 03, 07

Celeste Correia

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da
República

REQUERIMENTO

Nº 1163/X (2ª) - AC

ASSUNTO: Atraso do QREN e implicações no Programa Temático do Potencial Humano (Qualificações)

Apesar de o Governo ter entregue em Bruxelas os Programas Operacionais no início de Março, continuam por conhecer os regulamentos, metas e objectivos. Tal não invalida, contudo, que o atraso é muito visível, com reflexos negativos na economia e no desenvolvimento do País.

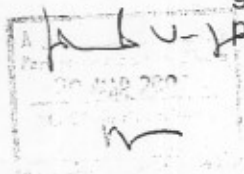
Este atraso tem consequências graves para as empresas e para a economia nacional, comprometendo, definitivamente, a execução no ano de 2007. Muito provavelmente e, só no primeiro trimestre de 2008 os apoios financeiros às empresas e às instituições poderão começar a fluir. Em suma, um ano perdido.

Se no vector da competitividade, estes condicionalismos levaram a um adiamento do investimento, retardando a tão desejada retoma, há porém, sectores onde já são visíveis os efeitos práticos deste atraso do Governo.

Com o objectivo de aferir em profundidade o problema, o Grupo Parlamentar do PSD realizou hoje uma Audição Parlamentar com a presença de Confederações e Associações Empresariais para analisar o impacto do atraso do QREN na formação profissional.

Destacam-se desta audição o reforço das seguintes ideias:

- O Governo comprometeu-se a aprovar atempadamente o QREN para que iniciasse a sua vigência em Janeiro de 2007, o que não aconteceu, repetindo o que já tinha ocorrido na transição para o QCA III, também com governação socialista, o qual entrou em vigor seis meses mais tarde, prevendo-se que no QREN este atraso ainda venha a ser maior.



- Até ao momento só se conhece o texto do QREN e o acordo efectuado na concertação social, o que é muito pouco para que essas instituições que se dedicam à formação saibam as regras do jogo. Para além de que não têm sido ouvidas, o que leva a um desconhecimento total do que se irá passar no futuro próximo, assumindo-se o QREN como um enorme mistério, tratado com o maior secretismo.
- As estruturas formativas das diferentes entidades correm o risco de ruptura se não forem tomadas medidas de emergência, pois têm um conjunto de quadros e equipas técnicas formadas, que se poderão desmembrar por ausência de programas e dinheiro para suportarem as estruturas, estando a falar de actores fundamentais para os desafios que se avizinham em matéria de formação.
- Inexistência de articulação entre as estruturas existentes, capacidades instaladas e outras possíveis opções do Governo que podem levar a uma "governamentalização/ estatização" da formação.
- Face ao atraso notório do QREN o Grupo Parlamentar do PSD irá voltar a reunir com as associações representativas e apresentará as suas próprias soluções para este grave problema.

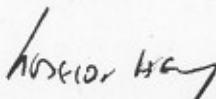
Nestes termos, e face à indefinição do modelo de Governação do QREN e à inacção do Governo nesta matéria, vêm os Deputados abaixo-assinados requerer a Sua Exa. o Primeiro Ministro ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, que lhes sejam prestadas integrais informações sobre:

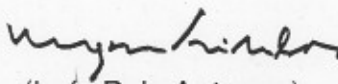
1. Quais as verbas ainda por executar do QCA III em matéria de formação profissional e qual o plano de acção do Governo para que não se restitua verbas fundamentais para este período de transição do QCA III para o QREN?
2. Face à iminência de ruptura financeira de muitas das estruturas formativas acreditadas, das associações empresariais e de outras instituições como Escolas Tecnológicas, resultante do atraso do QREN, que medidas pensa o Governo implantar para evitar o risco de desmantelamento ou colapso das estruturas de formação existentes por todo o País no final do 1º. semestre do corrente ano?

3. Quando é que se iniciará em definitivo a aplicação do QREN? Qual o cronograma (datas para apresentação de candidaturas, conhecimento dos regulamentos e disponibilidade de verbas) com que poderão contar as empresas e instituições, designadamente no que concerne ao Programa Temático Potencial Humano?
4. A adopção do sistema de dupla certificação deverá levar em linha conta as instituições acreditadas existentes, potenciando as que tenham provas dadas e não investimentos duplicados em Escolas públicas ao lado de instituições privadas que ficarão com os equipamentos, "às moscas". Assim, que medidas foram tomadas para que exista uma boa articulação entre as diferentes instituições que se dedicam à formação, designadamente na racionalização de meios e competências instaladas, para evitar que se dupliquem gastos em equipamentos já existentes?

Palácio de São Bento, 28 de Março de 2007.

Os Deputados,


(António Almeida Henriques)


(Luís Pais Antunes)

(Feliciano Barreiras Duarte)